

Relatório da Administração

O Banco KDB do Brasil S.A. (KDB Brasil) é uma subsidiária do The Korea Development Bank "KDB", instituição financeira do governo sul coreano. O KDB é o banco comercial líder no mercado financeiro coreano e exerce o papel fundamental no crescimento econômico e no avanço da indústria da Coreia. O KDB Brasil tem como objetivo principal o financiamento, a curto e longo prazo, do comércio e da indústria em geral, incluindo financiamento da atividade produtiva para suprimento de capital fixo e de giro, financiamento e projetos de tipo "project finance" no SBC e SBC Overhead Capital (SOC) em projetos relativos à infra-estrutura de áreas públicas, tais como rodovias, portos, aeroportos, metrô, sistemas de energia elétrica e redes de água e esgoto.

Balancos patrimoniais 30 de junho de 2011 e 2010

	2011	2010
Ativo	2011	2010
Circulante	513.547	371.225
Disponibilidades	571	7.141
Aplicações interfinanceiras de liquidez	140.668	89.461
Aplicações em operações compromissadas	108.287	66.230
Aplicações em depósitos interfinanceiros	22.919	20.159
Aplicações em moedas estrangeiras	9.462	3.072
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	354.253	257.780
Carteira própria	339.742	253.613
Vinculados a prestação de garantias	14.511	4.167
Relações interfinanceiras	141	73
Depósito compulsório	141	73
Operações de crédito	2.649	16.105
Empréstimos	3.403	25.048
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(794)	(8.940)
Outros créditos	15.298	652
Câmbio	13.142	-
Adiantamento e antecipações salariais	-	40
Créditos tributários	-	58
Impostos e contribuições a compensar	1.526	102
Outros valores	630	452
Outros valores e bens	7	10
Despesas antecipadas	7	10
Realizável a longo prazo	249.769	363.183
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	72.684
Aplicações em moedas estrangeiras	-	72.684
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	223.194	240.543
Carteira própria	223.194	209.925
Vinculados a prestação de garantias	-	30.618
Operações de crédito	26.575	49.956
Empréstimos	46.319	114.795
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(19.744)	(64.839)
Permanente	336	482
Investimentos	5	5
Outros investimentos	5	5
Imobilizado de uso	331	434
Imobilizações de uso	1.207	1.180
Depreciações acumuladas	(876)	(746)
Diferido	-	43
Gastos de organização e expansão	523	523
Amortizações acumuladas	(523)	(480)
Total do ativo	763.652	734.890

	2011	2010
Passivo	2011	2010
Circulante	685.021	696.603
Depósitos	147.222	46.766
Depósitos à vista	5.377	3.357
Depósitos a prazo	141.845	34.228
Depósitos interfinanceiros	-	9.181
Relações interdependências	2.384	-
Relações interdependências	2.384	-
Obrigações por empréstimos e repasses	502.069	646.954
Empréstimos no exterior	502.069	646.954
Outras obrigações	13.346	2.883
Carteira de câmbio	13.342	-
Cobrança arrecadação tributos e assemelhados	13.333	431
Fiscais e previdenciárias	5.471	561
Negociação e intermediação de valores	-	800
Diversas	1.410	1.091
Exigível a longo prazo	411	2.295
Depósitos	411	2.295
Depósitos a prazo	411	-
Depósitos interfinanceiros	-	2.295
Resultado de exercícios futuros	11	35
Resultado de exercícios futuros	11	35
Patrimônio líquido	78.209	35.957
Capital	-	-
De domiciliados no exterior	324.969	175.509
Reserva de capital	-	401
Reserva de lucros	829	829
(-) Ajustes ao valor de mercado - TVM	2.423	(86)
Prejuízos acumulados	(250.012)	(140.696)

Demonstrações do resultado Semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010

	2011	2010
Receitas/(Despesas) com intermediação financeira	59.322	(28.049)
Operações de crédito	1.980	5.052
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	52.185	(15.041)
Resultado de operações câmbio	5.157	(18.070)
Despesas da intermediação financeira	(44.582)	(62.334)
Operações de captações no mercado	(8.824)	(3.051)
Operações de empréstimos e repasses	(22.835)	(23.176)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(5.784)	11.065
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(7.139)	(47.172)
Resultado bruto da intermediação financeira	14.740	(90.383)
Outras receitas (despesas) operacionais	(6.159)	(5.353)
Receitas de prestação de serviços	55	30
Despesas de pessoal	(3.259)	(2.982)
Outras despesas administrativas	(1.785)	(1.934)
Despesas tributárias	(1.059)	(491)
Outras receitas operacionais	12	43
Outras despesas operacionais	(123)	(19)
Resultado operacional	8.581	(95.736)
Resultado não operacional	-	(46)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	8.581	(95.782)
Imposto de renda e contribuição social	(3.425)	-
Provisão para imposto de renda	(2.137)	-
Provisão para contribuição social	(1.288)	-
Lucro/prejuízo do semestre	5.156	(95.782)
Lucro/prejuízo por lote de mil ações - em R\$	15,87	(545,74)

Demonstrações dos fluxos de caixa Semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010

	2011	2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais	-	-
Lucro/(Prejuízo) do semestre	5.156	(95.782)
Depreciações e amortizações	55	152
Provisão para perdas com títulos e valores mobiliários	(561)	27.077
Provisão para operações de crédito	7.139	47.172
Ajuste ao valor de mercado - títulos disponível para venda	4.789	55
Lucro líquido ajustado	16.578	(21.326)
Variação de ativos e passivos:	(223.788)	(106.214)
(Aumento)/Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(22.889)	4.452
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(19.021)	28.382
(Aumento) em relações interfinanceiras	(26)	(39)
Redução em relações interdependências	(4.407)	-
Redução em operações de créditos	9.377	79.342
(Aumento)/Redução em outros créditos	(13.032)	649
Redução em outros valores e bens	2	87
Aumento/(Redução) em outras obrigações	30.421	(30)
Redução em depósitos	2	(27)
(Aumento)/Redução em resultados de exercícios futuros	(73.533)	(51.900)
Redução em obrigações de empréstimos e repasses	(130.702)	(171.444)
Redução em instrumentos financeiros e derivativos	-	(686)
Caixa líquido aplicado em atividades operacionais	(207.210)	(127.540)
Atividades de investimentos:	-	-
Alienação de investimentos	5	-
Aquisição de imobilizado de uso	(21)	(35)
Caixa líquido aplicado em atividades de investimentos	(16)	(35)
Atividades de financiamento:	-	-
Aumento de capital por subscrição	149.460	107.978
Caixa líquido originado em atividades de financiamento	149.460	107.978
Redução de equivalentes de caixa	(67.766)	(19.597)
Modificação do caixa e equivalentes de caixa	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	166.624	92.968
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	108.858	73.371
Redução de caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	(57.766)	(19.597)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010

	Capital	Reserva de capital	Reserva de lucros - legal	Ajustes ao valor de mercado	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>	67.531	401	829	(141)	(44.914)	23.706
Aumento de capital	107.978	-	-	-	-	107.978
Ajustes ao valor de mercado - TVM	-	-	-	55	-	55
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	(95.782)	(95.782)
<b>Saldos em 30 de junho de 2010</b>	175.509	401	829	(86)	(140.696)	35.957
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	175.509	-	829	(2.366)	(255.168)	(81.196)
Aumento de capital	149.460	-	-	-	-	149.460
Ajustes ao valor de mercado - TVM	-	-	-	4.789	-	4.789
Lucro do semestre	-	-	-	-	5.156	5.156
<b>Saldos em 30 de junho de 2011</b>	324.969	-	829	2.423	(250.012)	78.209

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 30 de junho de 2011 e 2010

1. Contexto operacional: O Banco KDB do Brasil S.A. (Banco) foi constituído em 7 de outubro de 2005, tendo obtido a autorização para funcionamento do Banco Central do Brasil - BACEN em 18 de outubro de 2005, como banco múltiplo, realizando operações e serviços bancários por intermédio das carteiras comercial e de investimento, além da execução de operações no mercado de câmbio. O Banco é uma subsidiária do The Korea Development Bank "KDB", instituição financeira do governo sul coreano. O KDB é o banco comercial líder no mercado financeiro coreano e exerce o papel fundamental no crescimento econômico e no avanço da indústria da Coreia. O Banco recebeu em janeiro de 2011, aporte de capital da Matriz no valor de R\$ 149.460 milhões para continuar a trabalhar na renegociação e recuperação dos créditos em curso normal. A partir do 2º semestre de 2010, o Banco tem planejado de retomar as operações normais gradualmente com novos créditos e produtos, considerando a adequação do capital e o gerenciamento dos riscos.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as diretrizes contábeis estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações Lei 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 e normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são: Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; e Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa; Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas; Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; e Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente; Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações; e Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Em 01 de abril de 2011 as operações com Certificados de Créditos Compromissados (CCC) e Letras do Tesouro Nacional - LTN foram reclassificadas em Eurobonds.

3. Principais práticas contábeis: a) Auração do resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência, que considera os rendimentos, encargos e variações monetárias, índices e taxas oficiais sobre ativos e passivos. b) Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo prazo das operações na data efetiva da sua aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, utilizados para gerenciamento de compromissos de curto prazo. Os valores estão apresentados abaixo:

	Saldo antes da reclassificação	Reclassificação das CCB's	Saldo após reclassificação
<b>Balanco Patrimonial</b>			
Títulos e valores mobiliários instr. financ. derivativos	564.387	(66.064)	498.323
Operações de créditos	-	66.064	66.064
<b>Demonstração do Resultado - DRE</b>			
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	(57.596)	42.555	(15.041)
Rendas de operações de créditos	375	4.687	5.062
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	70	(47.242)	(47.172)
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>			
Provisão para perdas com títulos e valores mobiliários	(74.319)	47.242	27.077
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Aumento) / Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	70	(47.242)	(47.172)
Redução em operações de créditos	13.278	66.064	79.342

Na elaboração das demonstrações financeiras, certos valores são registrados por estimativa as quais são sujeitos a uma aplicação de ajustes, tais como a aquisição de ativos e passivos em operações de crédito, os registros com base em estimativas contábeis incluem o valor de realização dos ativos, o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, as provisões para perdas sobre títulos e valores mobiliários, provisões judiciais, entre outros. A Administração do Banco revisa periodicamente as estimativas e premissas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo de sua apuração. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 11 de outubro de 2011.

4. Principais práticas contábeis: a) Auração do resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência, que considera os rendimentos, encargos e variações monetárias, índices e taxas oficiais sobre ativos e passivos. b) Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo prazo das operações na data efetiva da sua aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, utilizados para gerenciamento de compromissos de curto prazo. Os valores estão apresentados abaixo:

	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2010	31/12/2009
Disponibilidades	571	652	7.141	827
Aplicações em operações compromissadas	108.287	165.972	66.230	92.141
Total	108.858	166.624	73.371	92.968

**5. Títulos e valores mobiliários:** De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a Administração, quais sejam: • Títulos para subscrição em operações de crédito; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos. Compreende os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado. Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação. São utilizados, dentro do prazo de validade, para a proteção contra riscos, os rendimentos auferidos são utilizados segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados a mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização. Os títulos mantidos até o vencimento são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, dentro do prazo de validade, para a proteção contra riscos, os rendimentos auferidos são utilizados de acordo com o propósito para o qual foram adquiridos. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros, exceto créditos tributários, são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment. Em 30 de junho de 2011 não foram identificados ativos registrados com indicação de perda por impairment. **6. Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção ("hedge"). As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. Os derivativos utilizados para proteção são classificados em hedge para fins contábeis. **7. Operações de crédito:** O Banco realiza operações de crédito com clientes, para fins contábeis. **8. Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção ("hedge"). As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. O Banco não utiliza as prerrogativas de classificação e designação das operações de derivativos como hedge para fins contábeis. **9. Operações de crédito:** O Banco realiza operações de crédito com clientes, para fins contábeis. **10. Ativo imobilizado:** São demonstrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos e variações monetárias (em base "pro rata temporis") e cambiais incorridos. **11. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota básica de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre a parcela da base de cálculo que exceder R\$ 20 mensais (R\$ 120 no semestre). A provisão para a contribuição social é constituída à alíquota de 15%, do lucro ajustado antes do imposto de renda. **12. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009 e Carta Circular nº 3.429 de 11 de fevereiro de 2010 do BACEN, obedecendo aos seguintes critérios: • Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos. • Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída econômica dos riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As provisões para créditos de liquidação duvidosa, são constituídas em montantes considerados suficientes pela administração para atender a eventuais perdas na realização de créditos de acordo com os critérios estabelecidos pelo BACEN. **13. Imobilizado:** É demonstrado pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base nas taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens, sendo 10% para equipamentos, 20% para instalações, móveis e utensílios, sistemas de comunicação e de segurança e 20% para sistemas de processamento de dados e veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e gastos com aquisição e desenvolvimento logístico, e são amortizados com base na vigência dos direitos contratuais e a taxa anual de 20%. **14. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment):** É reconhecida uma perda por impairment se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupo. Perdas por impairment, quando aplicável, são reconhecidas no resultado do período. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros, exceto créditos tributários, são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment. Em 30 de junho de 2011 não foram identificados ativos registrados com indicação de perda por impairment. **15. Passivos circulante e exigível a longo prazo:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base "pro rata temporis") e cambiais incorridos. **16. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota básica de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre a parcela da base de cálculo que exceder R\$ 20 mensais (R\$ 120 no semestre). A provisão para a contribuição social é constituída à alíquota de 15%, do lucro ajustado antes do imposto de renda. **17. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009 e Carta Circular nº 3.429 de 11 de fevereiro de 2010 do BACEN, obedecendo aos seguintes critérios: • Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos. • Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída econômica dos riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As provisões para créditos de liquidação duvidosa, são constituídas em montantes considerados suficientes pela administração para atender a eventuais perdas na realização de créditos de acordo com os critérios estabelecidos pelo BACEN. **18. Outras despesas administrativas:** São demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base "pro rata temporis") e cambiais incorridos. **19. Resultado de exercícios futuros:** Resultados de exercícios futuros referem-se a comissões de prestações de fiança e são apropriados diariamente ao resultado antes do vencimento dos contratos. **20. Aplicações em operações compromissadas:** As aplicações interfinanceiras de liquidez estão sendo apresentadas por tipo de papel e vencimento como segue:

	2011	2010
Descrição	Até 360 dias	Até 360 dias
Aplicações em operações compromissadas	108.287	66.230
Compromissadas de posição bancada	-	22.500
Compromissadas de posição financiada	-	43.730
Depósito interfinanceiro	22.919	20.159
Aplicações em moeda estrangeira	9.462	3.072
Total	140.668	89.461

5. Títulos e valores mobiliários: Apresentamos a seguir a composição da carteira de títulos, por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento, ajustados aos respectivos valores de mercado.

a) Composição da carteira de títulos e valores mobiliários:

Descrição	2011	2010
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	59.468	69.983
Letras do Tesouro Nacional - LTN	149.635	149.688
Fundos de investimento em direitos creditórios - FIDC	46.712	60.507
Fundos de Investimentos Multimercados - FIM	114.354	198.992
Títulos Públicos Federais - Precatórios (i)	28.435	27.909
Aplicações em Eurobonds	60.507	-
Ações de companhias abertas	2.430	2.038
Total	577.447	498.323

(i) Títulos Públicos Federais - Precatórios - em função do bloqueio judicial do fluxo de pagamento de alguns precatórios, devido a

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**

Aos Administradores e acionistas do **Banco KDB do Brasil S.A.**

Examinamos as demonstrações financeiras do **Banco KDB do Brasil S.A.** ("Banco"), que compreende o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzidas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados

dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Banco KDB do Brasil S.A.** em 30 de junho de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Ênfase:** Conforme mencionado na nota 5, o Madri Fundo de Investimento no Exterior Multimercado Crédito Privado ("Fundo Madri"), do qual o Banco é investidor exclusivo em um montante de R\$ 114.119 mil em 30 de junho de 2011, possui ativos em Cédulas de Produto Rural Financeira - CPRFs e contratos de swap no

montante de R\$ 113.448 mil, com um mesmo emissor/contraparte, sendo que desse montante R\$ 9.577 mil estavam vencidos em 30 de junho de 2011. O "Fundo Madri" fez um contrato de reestruturação dos créditos referentes a esses CPRFs e do contrato de SWAP, no qual o emissor se comprometeu a substituir os respectivos títulos e o contrato de derivativo por precatórios e pré-precatórios da União, em montante suficiente para cobrir os valores contratuais referentes aos respectivos créditos.

Essa reestruturação depende ainda de trâmites relacionados ao processo dos precatórios, que conforme mencionado na nota 5, não tendo sido constituída nenhuma provisão para perdas relacionada a essa operação. No caso eventual da estruturação não ser concretizada, os créditos passam a ser novamente exigido do emissor original, não sendo possível, nesse momento, estimar se o Fundo incorreria em alguma perda na realização dos referidos créditos na ocorrência dessa hipótese.

São Paulo, 11 de outubro de 2011

 **ERNST & YOUNG TERCO**

*Quality In Everything We Do*

**ERNST & YOUNG TERCO**  
**Auditores Independentes S.S.**  
CRC-2SP015199/O-6

**Eduardo Wellichen**  
Contador CRC-1SP184050/O-6